

DIVERSIDADE SEXUAL NA EJA: UMA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A MODALIDADE

Jordan Carlos Coutinho da Silva¹
Bárbara Cristina do Nascimento Felipe²

RESUMO

Em tempos de inúmeros ataques à democracia, LGBTfobia explícita, fechamento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), o presente trabalho parte da necessidade de avaliar a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Educação Básica com foco para a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e + que é utilizado para incluir outros grupos e variações de sexualidade e gênero como Queers, Intersexuais, Assexuais e Pansexuais (LGBT+). Uma vez que esse grupo compõe a EJA e, por diversos processos negativos que sofre no período entendido como regular, buscam na modalidade uma segunda chance para se inserir na educação e no mercado de trabalho. São avaliados os documentos que regem a educação em especial os documentos que regulamentam a EJA, analisando de que forma se apresenta a temática da diversidade sexual, além de artigos que tratem sobre a realidade da comunidade na escola regular e na EJA. Nota-se um tratamento inexistente ou ainda de forma tímida nos documentos, o que contribui para os inúmeros preconceitos sofridos pela comunidade, além da contínua invisibilização do grupo na educação, evidenciando a necessidade de ações e reflexões para o tema.

Palavras-chave: Diversidade sexual, Educação de Jovens e Adultos, LGBTfobia.

INTRODUÇÃO

Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e + que é utilizado para incluir outros grupos e variações de sexualidade e gênero como Queers, Intersexuais, Assexuais e Pansexuais (LGBT+) tem grande parte de suas vivências construídas (ou não) no ambiente escolar. São múltiplas realidades que transpassam essa instituição, como o fato de declarar ou não sua sexualidade/orientação sexual, assim como a negação da mesma e de seus direitos. Além de situações de opressão e preconceito, LGBTfobia, que Acioli (2019) define como “o ódio proliferado contra toda e qualquer pessoa que não se adeque aos padrões heterossexuais impostos pela sociedade machista e patriarcal”. (PINO, 2017). Não suficiente, esses jovens sofrem

¹ Especialista pelo Programa de Pós-graduação no Ensino de Ciências da Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI, jordancoutinho1@gmail.com;

² Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, bcn_felipe@yahoo.com.br;

além das pressões externas, ter que manter sua estabilidade emocional, para que consigam se constituir como bons cidadãos. Sem relatar outros preconceitos que esses indivíduos podem sofrer envolvendo questões de raça, religião, gênero, cultura e classe social, que não serão discutidos nesse trabalho.

Pino (2017, p. 37-38) traz também que “inúmeras vezes, na escola, na família, em grupos religiosos ou em outros ambientes da vida social os/as jovens LGBT⁺ não encontram possibilidades de ser, esbarram na discriminação castradora das desigualdades.”. Dentre trabalhos que abordam as vivências dessa comunidade nas escolas estão: Albuquerque e Williams (2015), Prado e Valério (2018) Braga, Machado e Oliveira (2018), Gomes et. al. (2017), Santos e Lage (2018), Martins et. al. (2020). Como diz Calixto e França (2016, p. 2):

De acordo com o Relatório realizado pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – (ABGLT) que entrevistou adolescentes e jovens LGBTs, notou-se que 68% já foram agredidos/as verbalmente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero. 25% foram agredidos/as fisicamente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero. 56% dos/das estudantes LGBT foram assediados/as sexualmente na escola. Diante dessa realidade, os movimentos LGBTs vêm reivindicando junto ao Estado políticas públicas de enfrentamento a LGBTfobia, em especial no ambiente escolar, no qual o jovem LGBT amarga as primeiras situações de preconceito fora do espaço familiar e da comunidade em que está inserido, que pode se tornar a causa de vários danos, entre eles, afetar diretamente os processos de aprendizagem quanto no convívio social.

Devido a essas situações, os alunos acabam se evadindo das salas de aula, desistindo desse processo educacional, voltando a busca-lo somente quando requerido pela sociedade para poder vender sua força de trabalho. Trabalhos como Ferreira e Ferreira (2012), Cateli e Escoura (2016), Silva (2016), e Machado e Oliveira (2018) abordam especificamente as questões relacionadas da comunidade LGBT⁺ na EJA, suas dificuldades e possibilidades. Essa minoria de excluídos é que costuma compor os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Como cita Santos (2010, p. 29) os alunos da EJA são

fora da idade reconhecida como regular; evadiram ou nunca frequentaram escola; trabalham ou estão em busca de trabalho; há muitas mulheres, chefes de suas famílias; existem aqueles com outras orientações sexuais, há os mestiços, os negros; as orientações religiosas são bem definidas em muitos casos; adeptos de movimentos culturais como o hip hop, o funk; compõem múltiplas identidades em desordem, filiados a outras responsabilidades e

demandas em relação à ordem do aluno em idade regular: com uma família nuclear para lhe sustentar, na maioria das vezes branco, heterossexual e católico.

A construção afetiva-emocional desses alunos, é bastante carente devido a todas as suas vivências de exclusão e preconceito. Que por sua vez, resulta em afetar de forma negativa o processo de aprendizagem, sendo a relação afetiva primordial na construção do conhecimento, como é relatado em teorias como a de Lev Vygotsky na Histórico-Cultural, David Ausubel na Aprendizagem Significativa, Howard Gardner em Inteligências Múltiplas, Henri Wallon e Jean Piaget na Psicogenética.

Vygotsky, vê o sujeito como resultado de um contexto social e o aprendizado parte do social para o individual, uma vez que seu contexto forma seu modo de pensar e agir no mundo. Por isso, a escolarização precisa partir do que é significativo para o educando, de forma que o conhecimento proposto oportunize uma reflexão de como pensar e agir no mundo. Vygotsky lembra que a memória acompanha cada etapa da vida humana e dentro dessas etapas o sujeito cria simbologia sobre o meio em que está inserido diante de suas experiências vividas. Quanto ao desenvolvimento psicológico, ele sofre grandes influências dentro do processo de aprendizagem, mediante o tempo e contexto vivenciado, reelaborando conhecimentos prévios. Entendendo que o ser humano terá estímulo de aprendizagens diferentes, pois dependerá da etapa, contexto e tempo que os sujeitos estejam identificando esses aspectos. (BOCK; FURTADO e TEIXEIRA, 2001).

Para Piaget os indivíduos reconstróem constantemente a visão da realidade, por isso é importante conhecer os fundamentos das psicogêneses, pois, a partir desse entendimento compreende-se que o sujeito cria o mundo tomando como referência o significado que a situação tem e, a partir desses significados passa a agir sobre ele. Nesse sentido, pode-se dizer que o meio cultural influi no desenvolvimento cognitivo do sujeito. (BOCK; FURTADO e TEIXEIRA, 2001).

David Ausubel, por sua vez, diz que temos um aprendizado significativo quanto ampliamos e reconfiguramos as ideias já existentes a partir do que se conhece, esses saberes se relacionam e se reconstróem em novos conhecimentos. Por isso, é importante associar o novo conhecimento com um real significado, principalmente na vida dos jovens e adultos. E para que esse aprendizado realmente aconteça Ausubel pontuou duas

condições necessárias, a relevância do assunto para o educando e a criação de um ambiente motivador. (MOREIRA E MOSINI, 2001).

Todas essas teorias, contribuem com a compreensão de Howard Gardner, quando percebe a particularidade de cada indivíduo, em seus gostos ou tendências. Ele diz haver mais sete tipos de inteligência, não se limitando a linguagem e a lógica, demonstrando que cada sujeito tinha sua especificidade, uma facilidade ou dificuldade em determinado conteúdo. Estando envolvido nesse processo de singularidades, questões biológicas, sociais e psicológicas, ou seja, as vivências do discente. (BOCK; FURTADO e TEIXEIRA, 2001).

Essas teorias culminam nas ideias de Paulo Freire, quando postula que o processo de ensino-aprendizagem tem que servir para emancipar o sujeito, tornando-os autônomos. Essa autonomia parte de uma tomada de consciência da realidade que é feita através da ação-reflexão-ação dos sujeitos, essa ação tem que começar em sala de aula com dialogicidade entre os sujeitos, respeitando os conhecimentos prévios dos educandos. Dentro da dialogicidade devesse levantar o real contexto em que os alunos estão inseridos para a partir desse contexto propor conteúdos, discussões que façam com que eles se tornem sujeitos críticos e reflexivos, fazendo assim uma educação transformadora. (HENRIQUE et. al. 2016).

Sendo assim, a autoestima e o autoconceito do discente estão relacionados as suas experiências de vida, e quando esses que uma vez desistiram, retornam para educação e percebem que estão recebendo novamente estímulos negativos, isso pode levar mais uma vez o aluno ao abandono da experiência de aprendizagem. Como contribui os autores Henrique et. al. (2016, p. 148) “a complexidade da estrutura humana deriva do processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas relações entre história individual e social”. A respeito de autoconceito e autoestima os autores os definem como

[...] autoconceito – corresponde ao conjunto específico de crenças e ideias que a pessoa tem de si mesma em um dado momento. Está composto de autoconceitos específicos, como autoconceito acadêmico, autoconceito social e apresentação pessoal. Formam uma estrutura que pode apresentar discrepâncias entre si, sendo algumas mais positivas ou negativas. [...] o afetivo, é conhecido como autoestima, refletindo como a pessoa se autovaloriza, levando-se em conta suas habilidades e características em comparação com os outros e com seu ideal pessoal. (HENRIQUE et. al. 2016, p. 151).

Com base nas afirmações acima, sobre a realidade da comunidade LGBT⁺ e seus meandros na educação e da relação entre afetividade e emoções com o processo de ensino-aprendizagem. Além de múltiplos ataques à democracia e a educação em tempos da “Necropolítica” em tempos pró-Bolsonaro como cita Medeiros (2019). Como a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) em 2019, secretaria responsável por oportunizar uma reparação histórica para esses atores excluídos e silenciados do processo educacional, afetando rigorosamente a EJA.

Dentro da SECADI havia a Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (DPAEJA) que tinha como ações e programas o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLDEJA), sendo 2016 a última distribuição de livros para essa modalidade de ensino. E na criação do atual governo de novas secretarias não houve nenhuma diretoria destinada a EJA. (DAHER, 2019; NAKADAKI, 2020; JAKIMIUI, 2021).

Pino (2017, p. 13-14), por sua vez, cita alguns projetos de lei, dispositivos legais que atingem também diretamente a comunidade LGBT⁺:

O PL, nº 7.382, de 25 de maio de 2010, o qual pretende penalizar a “discriminação” contra heterossexuais; PL nº 1.672, de 28 de junho de 2011, que objetiva instituir o “Dia do Orgulho Heterossexual”; e o PL nº 6.583, de 16 de outubro de 2013, conhecido como “Estatuto da Família”, que reduz o conceito de família para “união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento e união estável”. [...] e o PL nº 867, de 23 de maio de 2015, que tenciona incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) o projeto “Escola sem Partido”, cuja proposição é vedar a prática em sala de aula da “doutrinação política ideológica”.

Em virtude de tudo aqui exposto o presente trabalho tem o objetivo de verificar como está posta a abordagem a respeito da diversidade sexual nos documentos que regem a educação com foco para a EJA. Tendo em vista a necessidade de amparar essas pessoas e lhes oferecer um direito comum a todos que é uma boa educação.

METODOLOGIA

O presente trabalho tem uma abordagem qualitativa, tendo em vista que serão analisados os documentos que regem a educação em especial a EJA, para verificar de

que forma está trabalhada a questão da diversidade sexual, Assis (2014, p. 20) define essa abordagem como “uma pesquisa descritiva, cujas informações não são quantificáveis; os dados obtidos são analisados indutivamente; a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são baseadas nas bibliografias estudadas”.

Sendo assim, é considerada uma pesquisa bibliográfica, definida por Assis (2014, p. 19) como sendo a análise de “fontes secundárias: livros e outros documentos bibliográficos [...] a pesquisa bibliográfica pode ser um trabalho independente ou constituir-se no passo inicial de outra pesquisa”, uma vez que, me fundamento em artigos científicos e documentos educacionais já estabelecidos.

A diversidade sexual aqui analisada é baseada nos conceitos de Carrara (2009, p. 118), entendendo que sexo biológico se relaciona aos “corpos, capacidades reprodutivas, diferenças fisiológicas entre homens e mulheres”, Identidade de gênero aos “modos de ser masculino ou feminino, senso de pertencer a um ou a outro gênero” e orientação sexual aos “focos de sentimentos, atração, desejos e fantasias, apegos emocionais, vínculos interpessoais, relacionamentos fundamentais”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os documentos que regulamentam a educação e abordam a questão de respeito e direitos, além da temática diversidade sexual, inicio com a Constituição Federal de 1988 que declara a educação como um direito de todos e todas, além art. 3º IV coloca como princípio de nossa República a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Seguindo vem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 que diz em seu Art. 3º, os princípios para o desenvolvimento do ensino, sendo:

I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

Decrescendo, vem as Diretrizes Comum Curricular do Ensino Básico (2010, p. 16) quando diz que é “inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um

processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos.”

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Ciências Naturais da EJA discute-se a necessidade de se trabalhar os Temas transversais Meio ambiente, Saúde e Orientação Sexual não somente na disciplina de Ciências, mas nos demais componentes curriculares, além disso cita que

as classes de EJA costumam ser formadas por indivíduos em diferentes fases do ciclo vital humano: jovens, adultos e idosos. Será importante trabalhar com os alunos tanto a caracterização biológica das várias etapas da vida humana, com suas demandas características e diferenciadas em relação à saúde e à sexualidade, quanto as representações que se fazem dessas fases, esclarecendo que estas são representações subjetivas e estão relacionadas à cultura em que se inscrevem os diversos sujeitos. (BRASIL, 2001).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (2000, p. 6), além de trazer referências contra a discriminação às minorias presentes na Constituição e Convenção da UNESCO, o documento ainda diz que

uma igualdade que não reconhece qualquer forma de discriminação e de preconceito com base em origem, raça, sexo, cor, idade, religião e sangue entre outros. Fazer a reparação desta realidade, dívida inscrita em nossa história social e na vida de tantos indivíduos, é um imperativo e um dos fins da EJA porque reconhece o advento para todos deste princípio de igualdade.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais no Tema Transversal de Orientação Sexual, se traz a necessidade de reflexão afim de se opor “aos estereótipos de gênero, raça, nacionalidade, cultura e classe social ligados à sexualidade. Implica, portanto, colocar-se contra as discriminações associadas a expressões da sexualidade, como a atração homo ou bissexual”. (2000, p. 316).

De forma indireta ao EJA, mas ainda fazendo parte de um componente curricular comum que é a disciplina de ciências, na BNCC e no Documento curricular do RN, encontra-se a habilidade EF08CI11 que diz ser necessário aos alunos do 8º ano do ensino fundamental anos finais na disciplina de ciências da natureza “Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)”. (BRASIL, 2018; RIO GRANDE DO NORTE, 2018).

Por fim foi analisado o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Professor José Olavo do Vale de 2019, sendo essa a única instituição que oferece a modalidade

EJA na cidade de Macau/RN, com exceção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Norte (IFRN), Campus Macau. Foi observado que o mesmo não traz nenhuma menção a EJA, e com relação ao tema analisado sobre diversidade sexual, se encontra somente uma única citação tratando sobre a missão da escola de “promover, por meio de processos pedagógicos e administrativos inovadores, uma educação de referência, fundamentada no respeito à vida, à diversidade, em valores éticos, comprometida com a formação integral do ser humano.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que na tentativa de mitigar a discriminação da comunidade LGBT⁼, os documentos analisados ainda são carentes, discutem a temática da diversidade sexual de forma tímida, subentendida, ou até inexistente. Resquícios de uma sociedade machista, com interferências políticas como a retirada dos termos gênero e orientação sexual do Plano Nacional de Educação (PNE) com a aprovação da aprovação da lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, além da não mais disponibilidade dos Parâmetros Curriculares Nacionais no Tema Transversal de Orientação Sexual no site do Ministério da Educação (MEC). Além da exclusão da SECADI, que evidência um projeto educacional pautado em uma agenda política neoliberal e conservadora, mantendo uma população que por muito foi excluída do ambiente escolar, com baixa escolarização e consequentemente uma mão de obra barata e tão pouco crítica, reflexiva e participativa.

Sendo necessário reformulações, reflexões e ações envolvendo não somente a escola, mas a sociedade de maneira geral, que possa se fazer atuante um direito constitucional de todos à educação e bem estar. Um olhar ainda maior tem que ser dado a EJA, uma vez que compreende-se a existência de grupos diversos e com ideias mais enraizadas, diferentemente dos adolescentes que ainda estão construindo esses valores, ou seja, aos adultos e idosos tem que se procurar trabalhar essa temática e fazer prevalecer o respeito às diferenças, para que o grupo LGBT⁺ não continue sendo lesado e invisibilizado no processo educacional. Não podemos continuar a perder vidas para um sistema capitalista, racista e patriarcal. Da mesma forma, mais pesquisas devem continuar a ser desenvolvidas na temática e discutidas para que se possa cada vez mais se aproximar de uma educação igualitária e comum a todos.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, W. B. M. **Lgbtphobia: análise da posição político-jurídico dos ministros do STF**. Anais IV DESFAZENDO GÊNERO... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/64150>>. Acesso em: 05/03/2021 18:54

ALBUQUERQUE, P. P., WILLIAMS, L. C. A. **Homofobia na Escola: Relatos de Universitários sobre as Piores Experiências**. Trends in Psychology / Temas em Psicologia – 2015, Vol. 23, nº 3, 663-676 DOI: 10.9788/TP2015.3-11.

BOCK, Ana Maria; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: Uma introdução ao estudo da psicologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRAGA, L.A.; MACHADO, T.P.; OLIVEIRA, L. **Entre o temor e a resistência: o demônio da boneca e o “viadinho” abusado**. Periódicus n. 9, v. 1 maio.-out. 2018. p. 75-86. ISSN: 2358-0844.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO /Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC, CNE/CEB, 2000.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta Curricular para a Educação para jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental: Ciências Naturais**; — São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

_____. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000b. 164 p.

CALIXTO, T. G. **Lgbtphobia no ambiente escolar: desafios da prática docente**. Anais III CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/21352>>. Acesso em: 05/03/2021 13:17

CARRARA, S. Educação, Diferença, Diversidade e Desigualdade. In: **Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professores em Gênero, Orientação Sexual e**

Diversidade Étnico-Racial. Livro de Conteúdo, versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília, SPM, 2009.

Catelli Jr, R., & Escoura, M. (2016). **Sujeitos da diversidade: a agenda LGBT na educação de jovens e adultos.** Olhares: Revista Do Departamento De Educação Da Unifesp, 4(1), 226–245. <https://doi.org/10.34024/olhares.2016.v4.524>

DAHER, Júlia. “A EJA não tem lugar no MEC atualmente”, afirma Sonia Couto. De olho nos planos, 2019. Disponível em: <<https://deolhonosplanos.org.br/100-dias-de-bolsonaro-eja/>>. Acesso em: 28, de setembro de 2021.

FERREIRA, Leyse da Cruz; FERREIRA, Maria José de Resende. **Desafios da EJA: o espaço escolar para as transexuais e travestis.** II Seminário Nacional de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humanos, [s. l], p. 1-11, 24 out. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/gepss/article/view/3891>. Acesso em: 22 jun. 2021.

GOMES, J. C. S. et al. **Gênero, diversidade sexual e lgbtfobia na escola.** Anais IV CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/37081>>. Acesso em: 05/03/2021.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento; BARACHO, Maria das Graças; LIMA, Artemilson; DANTAS, Maria Isabel; PINHEIRO, Rosa Aparecida. **Concepções, Princípios, Diversidade Cultural e Processos Cognitivos – módulo 2 – Especialização PROEJA.** Natal: Ifrn Editora, 2016. 182 p.

JAKIMIU, Vanessa Campos de Lara. **Extinção da SECADI: a negociação do direito à educação (para e com a diversidade).** Revista de Estudos em Educação e Diversidade. v. 2, n. 3, p. 115- 137, jan./mar. 2021.

MACHADO, Gabriella Eldereti; OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes de (org.). **Gênero, diversidade sexual e educação.** Rio de Janeiro: Eulim, 2018. 280 p. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/01/Livro_G%C3%AAnero-Diversidade-Educa%C3%A7%C3%A3o-1.pdf. Acesso em: 22 jun. 2021.

MARTINS, J. G. B. A. et.al. **Enfrentamentos ao bullying homofóbico na escola: convite para uma reflexão.** Temporalidades – Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 32, v. 12, n. 1 (Jan./Abr. 2020).

MEDEIROS, E. S. **Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos.** Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde. 2019 abr.-jun.;13(2):287-300 | [www.reciis.icict.fiocruz.br] e-ISSN 1981-6278.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NAKADAKI, Vitória Evelin Pignatari. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre o governo Jair Messias Bolsonaro.** Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciada em Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2020.

PINO, A. M. O. **Diversidade sexual e educação: uma relação de desafios e possibilidades.** Revista periodicus – Natal: IFRN, 2017. ISSN: 2358-0844 n. 10, v. 1 nov.2018-abr. 2019 p. 373-401.

PRADO, M.A.M.; VALÉRIO, J.B.D. **Dinâmica do preconceito por gênero e sexualidades no cotidiano escolar: os limites da democracia liberal.** Revista periodicus. ISSN: 2358-0844 n. 10, v. 1 nov.2018-abr. 2019 p. 373-401.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria da Educação e da Cultura. **Documento curricular do Rio Grande do Norte: ensino fundamental** [recurso eletrônico] – Natal: Offset, 2018.

SANTOS, É. S.; LAGE, A. C. **Lgbtfobia na escola: implicações da gestão escolar.** revista fórum identidades - Itabaiana-SE, Universidade Federal de Sergipe, v. 26, p. 95-108, jan.-abr. de 2018.

SILVA, Jerry Adriani da. **Diversidade sexual na Educação de Jovens e Adultos (EJA): limites e possibilidades da efetivação do direito à educação.** 2016. 315 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-AQPQU3>. Acesso em: 22 jun. 2021.